



Plenário pode votar fundo para campanhas eleitorais

Proposta que está na pauta de amanhã prevê a criação de um fundo de R\$ 2 bilhões, além de novas regras para propaganda política

O Senado pode votar amanhã projeto do senador Ronaldo Caiado que prevê a criação de um fundo, no valor de R\$ 2 bilhões, para financiar as campanhas eleitorais.

O texto também muda regras da propaganda política, que passaria a ser veiculada gratuitamente em emissoras públicas. A veiculação em emissoras particulares seria custeada pelo partido

Também estão na pauta de votação o projeto que simplifica a renegociação do crédito rural e a PEC que prevê um sistema de prestação de contas simplificado para pequenos municípios. **2**

Eunício Oliveira presidiu a sessão da terça-feira em que foi decidida a urgência para votação do projeto que cria o fundo de R\$ 2 bilhões para campanhas



Jonas Pereira/Agência Senado - 22/8/2017

Edilson Rodrigues/Agência Senado - 24/8/2017



Por falta de quorum, sessão de quinta-feira foi adiada para amanhã às 11h

Congresso se reúne amanhã para examinar vetos presidenciais

Vetos presidenciais e projetos de lei estão na pauta da sessão do Congresso Nacional prevista para amanhã, às 11h.

A análise dos vetos, que trancam a pauta, é necessária para que o governo submeta à aprovação dos parlamentares a alteração das metas fiscais de

2017, de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões, e de 2018, de R\$ 129 bilhões para os mesmos R\$ 159 bilhões. Entre os vetos, está o veto parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, que, no entender do governo, limita a margem de manobra do Executivo. **3**

Projeto exige estrutura para escola funcionar

Projeto em análise final na Comissão de Educação exige que estados e municípios verifiquem comprovação de condições mínimas de estrutura e operação de escolas antes de conceder permissão para elas funcionarem. **4**

CPI da Previdência ouvirá deputado relator de reforma

Três deputados que participaram da tramitação da Reforma da Previdência na Câmara participarão amanhã de audiência na CPI do setor no Senado. Entre eles, Arthur Oliveira Maia, que relatou a PEC na comissão mista. **3**

Comissão discute indicações para CNMP na quarta

Três indicações feitas por líderes do Senado para o Conselho Nacional do Ministério Público serão votadas quarta na CCJ. O primeiro analisado deve ser o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira. **3**

Saque de PIS-Pasep será analisado pelo Senado

O Congresso Nacional vai analisar medida provisória que libera saque do PIS-Pasep para homens acima de 65 anos e mulheres acima de 62 anos de idade. Antes o saque só era permitido após 70 anos. A medida gerou polêmica no Senado. Para o líder do PSDB, Paulo Bauer, a liberação vai aumentar a arrecadação. Já o senador petista Paulo Rocha acusou a medida de populista. **4**



A Caixa vai fazer o pagamento do PIS; Pasep será liberado pelo Banco do Brasil

Pillar Pedreira/Agência Senado



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.



Senado pode votar fundo para campanhas eleitorais

A proposta prevê R\$ 2 bilhões para o fundo. O dinheiro viria da compensação que emissoras recebem para veicular propaganda política e das multas aplicadas a partidos que infringem o Código Eleitoral

NOVAS REGRAS PARA fundos de campanha e propaganda eleitoral poderão ser votadas com urgência no Plenário amanhã. O fundo eleitoral proposto por Ronaldo Caiado (DEM-GO) deve chegar a R\$ 2 bilhões. Os recursos viriam da compensação fiscal que a União concede para emissoras comerciais veicularem a propaganda política. O fundo também receberia dinheiro de multas e penalidades aplicadas aos partidos com base no Código Eleitoral. O valor seria corrigido a cada eleição pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Pela proposta (PLS 206/2017), o dinheiro será depositado no início de cada mês de junho, em ano eleitoral, pelo Tesouro Nacional em uma conta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O TSE deve reservar 20% do valor para o segundo turno das eleições. O restante do dinheiro será dividido pelo número de eleitores alistados para votar. Cada eleitor poderá direcionar o valor da sua cota ao partido ou candidato que preferir, por meio de uma plataforma desenvolvida pelo TSE.

Se o eleitor não declarar para qual candidato ou partido deve ir sua cota, 1% do valor será dividido igualmente entre todos os partidos registrados no TSE. Outros 14% serão distribuídos igualmente entre os partidos com representação na Câmara. E os 85% restantes divididos entre os partidos, de acordo com a proporção de deputados na Câmara.

Em cada setembro de ano eleitoral, o TSE deverá distribuir o dinheiro aos diretórios nacionais, estaduais, distritais e municipais dos partidos. No caso das eleições presidenciais, por exemplo, os diretórios nacionais que lançarem candidato próprio poderão usar até 30% do dinheiro para o custeio das campanhas. Se não



Pedro Franco/Agência Senado

Caiado é autor do projeto que cria fundo de R\$ 2 bilhões para campanhas

tiverem candidato, poderão usar até 20%. O restante vai para os diretórios regionais.

O texto, que tramita em conjunto com outra proposta (PLC 202/2015), também altera a propaganda eleitoral. Ela seria veiculada apenas por emissoras públicas, durante 35 dias. Se o partido tiver interesse, poderá pagar para veicular propaganda eleitoral e partidária em emissoras comerciais de rádio e televisão.

Crédito rural

Também pode ser votado pelo Plenário o PLS 354/2014, que cria um procedimento menos burocrático para a renegociação do crédito rural. O texto, da senadora Ana Amélia (PP-RS), estabelece regras para que agricultores que contraíram empréstimos e estejam inadimplentes possam renegociá-los de forma mais ágil e diretamente com instituições financeiras que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

A proposta define regras para esses acordos, como o estabelecimento de novos prazos. A conclusão de um processo de renegociação se dará em até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação por igual período, mediante justificativa comprovada.

O projeto determina ainda que, após receber do agricultor o pedido de negociação da dívida, o banco terá até 60 dias para responder. Será analisada, entre outros aspectos, a proposta de quitação apresentada pelo credor e sua capacidade de cumprimento do novo acordo.

Simples municipal

Estão pautadas também três propostas de emenda à Constituição. A PEC 77/2015, que vem sendo chamada de Simples Municipal, busca garantir tratamento diferenciado para pequenos municípios, facilitando o acesso a mais recursos e tornando a prestação de contas mais condizente com a realidade de escassez de estrutura e carência de mão de obra com qualificação técnica para lidar com as complexidades que envolvem a celebração de acordos entre municípios, estados e União. A proposição vai para a terceira e última sessão de discussão em segundo turno.

Os senadores ainda deverão votar em primeiro turno a PEC 14/2016, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que transforma a carreira dos agentes penitenciários em carreira policial, instituindo as polícias penais estaduais.

Morre João Marques, locutor por 35 anos de A Voz do Brasil

Morreu na sexta-feira, aos 84 anos, o radialista João Marques, um dos locutores mais conhecidos de *A Voz do Brasil*, programa que apresentou por 35 anos.

Já aposentado, Marques estava hospitalizado por

conta de uma pneumonia e sofreu um infarto. Em nota, a diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Angela Brandão, lamentou o falecimento do locutor.

— É uma perda irreparável para o rádio do Brasil.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



TERÇA

- CDH CLT e Previdência**
9h Audiência sobre as reformas.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.
- CI Eficiência energética**
9h Entre os 6 itens, o PLS 365/2016, que incentiva a eficiência energética.
- ESTATUTO DO TRABALHO Codificação**
9h Audiência sobre experiências internacionais de codificação do trabalho.
- CCJ Resolução de conflitos**
10h Audiência interativa sobre o Dia Nacional da Resolução de Conflitos.
- CAE Diretoria do Banco Central**
10h Sabatina de dois indicados para a diretoria do Banco Central.
- CMA Cotas de reserva ambiental**
10h Audiência interativa sobre cotas de reserva ambiental.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
11h Apreciação de vetos e projetos sobre créditos especiais para diversos órgãos.
- CE Construção de escolas**
11h30 Entre 25 itens, o PLS 525/2009, que institui as condições mínimas para a construção e adequação de escolas.
- CPI DA PREVIDÊNCIA Deputados**
14h05 Audiência interativa com os deputados Arnaldo Faria Sá, Arthur Oliveira Maia e Afonso Florence
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Código**
14h30 Audiência sobre Código Florestal e a implementação do Acordo de Paris.
- MP 780/2017 Débitos não tributários**
14h30 A comissão da MP, sobre débitos não tributários, vota relatório.

QUARTA

- MP 784/2017 Banco Central e CVM**
14h30 A comissão da medida provisória sobre o BC e a CVM analisa relatório.
- CMO Reunião**
14h30 Reunião ordinária.
- CONSELHO DE ÉTICA Denúncia**
15h Sorteio de relator para denúncia contra Lindbergh Farias.
- CCT Radiodifusão**
8h30 Entre 21 itens, projetos pela prejudicialidade e outorga de rádios.
- CAS Doenças raras**
9h Pauta de 10 itens. Depois, instalação da subcomissão sobre doenças raras.
- CDR Estâncias**
9h Na pauta de 8 itens, o PLS 147/2015, sobre a classificação de estâncias.
- CTFC Acidentes em piscinas**
9h Na pauta, o PLC 71/2014, sobre acidentes em piscinas, e mais 9 itens.
- CCJ Conselho do Ministério Público**
10h Sabatina ao CNMP. Depois, 40 itens.
- CRA Plano Agrícola e Pecuário**
14h30 Audiência sobre o Plano Agrícola e Pecuário 2017–2018.
- MP 785/2017 Fies**
14h30 A comissão da MP que altera o Fies faz audiência interativa
- MP 789/2017 Compensação financeira**
14h30 Instalação da comissão da MP sobre exploração de recursos minerais.
- MP 790/2017 Código de Mineração**
14h45 Instalação da comissão sobre o Código de Mineração.
- CÓDIGO DE AERONÁUTICA Relatório**
9h45 Apresentação de relatório.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado**: 0800 612211
- **Acompanhe**: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente**: Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente**: Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente**: João Alberto Souza
- Primeiro-secretário**: José Pimentel
- Segundo-secretário**: Gladson Cameli
- Terceiro-secretário**: Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário**: Zeze Perrella
- Suplentes de secretário**: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

- Secretário-geral da Mesa**: Luiz Fernando Bandeira
- Diretora-geral**: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora**: Angela Brandão
- Coordenadora-geral**: Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo**: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor**: Flávio Faria
- Coordenador-geral**: Sílvio Burl
- Coordenador de Edição**: Mikhail Lopes
- Coordenação de Cobertura**: Paola Lima
- Serviço de Reportagem**: Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia**: Leonardo Alves Sá
- Serviço de Arte**: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

- Editor-chefe**: Marcio Maturana
- Edição e revisão**: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
- Diagramação**: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
- Tratamento de imagem**: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Arte**: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor**: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso deverá analisar 16 vetos amanhã

Na sessão prevista para começar às 11 horas, senadores e deputados também podem examinar o projeto que altera o déficit fiscal do governo para R\$ 159 bilhões em 2017 e 2018

A SESSÃO DO Congresso Nacional, marcada para amanhã às 11h, deve examinar os 16 vetos presidenciais que estavam no acordo fechado em julho para viabilizar a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 antes do recesso parlamentar. Desse acordo, ainda constam 11 projetos de lei e um projeto de resolução.

Mas outros dois vetos, que entraram recentemente, poderão ser votados, se houver acordo entre os líderes partidários.

Os vetos devem ser examinados para desobstruir a pauta e permitir a votação do projeto de alteração das metas fiscais, essencial para o fechamento das contas do governo deste ano. O projeto (PLN/2017), que está em fase final de tramitação na Comissão Mista de Orçamento (CMO), muda o

deficit fiscal de 2017 de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. E altera o de 2018, de R\$ 129 bilhões, também para R\$ 159 bilhões.

Na quinta-feira, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, suspendeu a sessão do Congresso por falta de quorum e remarcou para esta semana.

Teto de gastos

Entre os vetos a serem apreciados pelo Congresso, está o veto parcial (VET 50/2016) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, sancionada em 26 de dezembro. Os trechos vetados são os que, no entender do governo, limitavam a margem de manobra do Executivo, comprometendo a execução do Orçamento.

Este é o primeiro ano em que os gastos federais são regidos pela Emenda Constitucional 95, que fixou um teto. A regra



Jonas Pereira/Agência Senado - 24/8/2017

Na quinta-feira, Eunício Oliveira chegou a abrir a sessão do Congresso, mas encerrou por falta de quorum

para 2017 é diferente da prevista pela EC 95 para os exercícios seguintes. Neste ano, o limite é a despesa primária de 2016, corrigida pela projeção da inflação (7,2%), ou cerca de R\$ 1,3 trilhão. De 2018 em diante, o limite será o do ano anterior corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado em 12 meses até

junho do ano anterior.

Também está na pauta o veto parcial (VET 49/2016) ao projeto que regulamenta a profissão de designer de interiores e ambientes (PLC 97/2015).

O Planalto vetou artigo que exigia diploma de curso superior para a profissão, considerando que violava

o inciso XIII do artigo 5º da Constituição, que trata do livre exercício profissional.

Deputados e senadores também terão de analisar o PLN 11/2017, que destina R\$ 38 milhões a órgãos do Executivo, e o PLN 12/2017, que destina R\$ 37 milhões para a Justiça Eleitoral, a Defensoria Pública da União e outros órgãos.

Relator da Reforma da Previdência na Câmara será ouvido no Senado

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social fará audiência pública amanhã com a presença de três deputados que participaram da tramitação da Reforma da Previdência na Câmara (Proposta de Emenda à Constituição 287-A/2016).

O deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), relator da proposta na comissão especial da Câmara, deve trazer informações e dados a respeito do texto.

Da mesma forma, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), autor de um mandado de segurança impetrado no

Supremo Tribunal Federal para interromper o andamento da PEC na Câmara, falará dos pontos que considera críticos no texto.

Ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, o deputado Afonso Florence (PT-BA) também vai participar do debate e deve destacar a situação do trabalhador rural frente às mudanças propostas.

A reunião ocorrerá na sala 19 da ala Alexandre Costa, a partir das 14h05 e será aberta à participação da sociedade.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Waldemir Barreto/Agência Senado - 7/8/2017

Hélio José e Paulo Paim, respectivamente relator e presidente da CPI

Comissão vota na quarta indicações para Conselho do Ministério Público

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar, nesta quarta, três indicações feitas pelas lideranças partidárias do Senado para a vaga no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) cuja indicação cabe ao Senado.

O primeiro nome analisado

deve ser o do atual secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira. No relatório, lido na semana passada, Armando Monteiro (PTB-PE) destacou a extensa formação acadêmica do indicado e o considerou apto. Também devem ser votadas

as indicações de Erick Bill Vidigal, subchefe-adjunto para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, e Héverton Alves de Aguiar, promotor de Justiça no Ministério Público de Rondônia.

Aguardando relatório

As indicações de Glaydson Santo Soprani Massaria, procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais; Emmanuel Campelo de Souza Pereira, membro do Conselho Nacional de Justiça; e João Marcos Amaral, advogado e professor, também já estão na CCJ, mas ainda não receberam relatório. O relatório sobre a indicação de Sérgio Santos Rodrigues, advogado, está sendo reexaminado pelo relator.

Antes de terem suas indicações sancionadas pelo presidente da República, os indicados têm que passar pelo crivo da CCJ. Após a análise dos currículos dos candidatos, os senadores da comissão farão sabatina de cada um deles. Em seguida, as indicações serão votadas na comissão, podendo ser aprovadas ou não. Todas as indicações seguirão para o Plenário do Senado, que deverá escolher apenas um dos indicados. A indicação terá de ser aprovada por maioria absoluta, ou seja, pelo menos 41 votos favoráveis.

Presidido pelo procurador-geral da República, o CNMP tem outros 13 conselheiros. O mandato de cada conselheiro é de dois anos e eles podem ser reconduzidos apenas uma vez.

DÊ SUA OPINIÃO

Esporte pode ser reconhecido patrimônio cultural por lei

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa projeto que confere título de patrimônio cultural às seleções brasileiras de todos os esportes e categorias, masculina e feminina.

Para o autor do PLS 444/2016, Romário (Poder-RJ), o esporte nacional é um instrumento dinamizador e integrador da cultura brasileira, merecendo ser reconhecido como tal pela lei.

O relator, José Medeiros (PSD-MT), concorda. Segundo ele, registradas como patrimônio cultural brasileiro, as seleções esportivas "poderão usufruir das ações governamentais voltadas à salvaguarda da nossa cultura".

Qual a sua opinião sobre o projeto?

Vote em: <http://bit.ly/PLS444-2016>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal



Marcos Oliveira/Agência Senado

Bandeira (D), que auxilia Eunício nas sessões, é um dos indicados

Senadores divergem sobre medida provisória que libera PIS-Pasep

A medida provisória que será analisada no Congresso autoriza o saque do PIS-Pasep para homens a partir de 65 anos e mulheres a partir de 62

O CONGRESSO NACIONAL vai analisar a medida provisória que libera o saque de contas do PIS-Pasep para homens, a partir de 65 anos, e mulheres, a partir dos 62 anos de idade (MP 797/2017). Antes da edição da MP, os recursos só podiam ser sacados quando a pessoa completasse 70 anos, conforme resolução do Conselho-Diretor do Fundo PIS-Pasep. O pagamento será iniciado em outubro e vai até março de 2018, seguindo um calendário a ser divulgado pela Caixa Econômica Federal (quanto ao PIS) e pelo Banco do Brasil (Pasep). O crédito será feito de forma automática para quem tem conta nos dois bancos. O beneficiário poderá pedir a transferência do valor para outro banco. Em caso de morte do titular da conta, o saldo será disponibilizado para seus herdeiros.

Fundo PIS-Pasep

A MP altera a Lei Complementar 26/1975, que regulamenta o Fundo PIS-Pasep. A lei previa o saque das contas individuais nos casos de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma — no caso de militares — invalidez e casamento. Apenas essa última hipótese



Agência da Caixa Econômica Federal, banco que ainda deve divulgar calendário para o pagamento do PIS

foi excluída pela medida provisória.

Pelos cálculos do governo, a liberação poderá injetar cerca de R\$ 15,9 bilhões na economia. A medida atinge 8 milhões de pessoas, sendo que a maioria tem saldo na conta do PIS-Pasep em torno de R\$ 750.

Divergências

O líder do PSDB, senador Paulo Bauer (SC), disse que a MP vai resultar em aumento de arrecadação.

— Quando há uma movimentação intensiva da economia, existe obviamente uma produção maior nas indústrias, a atividade comercial se acelera e naturalmente, os empregos começam a surgir. E como resultado de tudo isso, a própria arrecadação pública também aumenta, o que permite ao governo fazer

investimentos.

Já o senador Paulo Rocha (PT-PA) acusou o presidente Temer de populismo e de crime de lesa pátria por se desfazer de recursos que poderiam ser usados para investimentos.

— O fundo do PIS-Pasep, o FGTS e o FAT são fundos importantes, que se destinam, numa engenharia financeira de longo prazo, a investimentos na economia para gerar emprego. E com saneamento básico e com casa própria subsidiada para o trabalhador, isso alavanca a construção civil que gera emprego.

Estímulo

Ao comentar a liberação de R\$ 16 bilhões para 7,8 milhões pessoas, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) disse acreditar que haverá aumento nas vendas e no emprego.

— Você vai promover uma

certa irrigação na economia em benefício do comércio e da atividade econômica. E também oferecer às pessoas a possibilidade de acessar esses recursos até para resolver problemas de dívidas.

Recursos

Os recursos do PIS-Pasep referem-se a depósitos feitos até 1988, ano em que a Constituição determinou a destinação dos recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os cotistas que terão direito ao saque são os trabalhadores beneficiados pelos depósitos até 1988. Em junho de 2016, o patrimônio do fundo atingiu R\$ 38,7 bilhões.

A MP será analisada em uma comissão formada por senadores e deputados, antes de seguir para os Plenários da Câmara e do Senado

Com a Agência Câmara

Comissão pode votar texto sobre estrutura escolar

Estados e municípios devem ser obrigados a exigir comprovação do cumprimento de condições mínimas de estrutura e operação dos estabelecimentos de ensino antes de conceder a eles permissão para funcionar. É o que estabelece projeto (PLS 525/2009) que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) poderá examinar amanhã, em reunião a partir das 11h30.

A proposta, de Cristovam Buarque (PPS-DF), receberá decisão final na CE. Se aprovada, terá de passar por turno suplementar antes de seguir para a Câmara. A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), recomenda a aprovação na forma de um substitutivo.

Pelo projeto, a União terá que definir as condições de funcionamento para as escolas, relativas à construção e aos materiais pedagógicos. O objetivo é garantir um padrão mínimo de qualidade em todos os níveis educacionais.

Originalmente, governadores e prefeitos que não exigissem comprovação dos requisitos poderiam ser punidos com a inelegibilidade para mandatos futuros e para outros cargos. Porém, Marta observou que essa norma poderia ser contestada na Justiça.

Valorização da vida

Outra projeto na pauta propõe a criação da Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da

Vida, destinada a estimular discussões e campanhas para inibir a incidência de suicídios no Brasil. O PLS 163/2017, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), também tem o objetivo de inibir a automutilação e a exposição danosa nas redes sociais. Os debates e as campanhas devem ocorrer na semana da data de 10 de setembro, Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

Na justificativa do projeto, Garibaldi afirma que as esta-

tísticas sobre suicídio são alarmantes. No Brasil, são 32 por dia. Segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, o suicídio ainda é tema tabu, o que dificulta a prevenção, de acordo com o senador.

Relatora também desse projeto, Marta Suplicy apresentou análise favorável. A decisão será terminativa, com previsão de turno suplementar em caso de aprovação.

Título de patrono

Projeto que veda a concessão do título de patrono a pessoas vivas também integra a pauta. Para o autor do PLS 228/2016, Lasier Martins (PSD-RS), a alteração na Lei 12.458/2011, que regulamenta a concessão do título, permite valorizar os nomes que são símbolos em suas áreas de atuação, evitando uso para fins de promoção pessoal.

Terminativo, o PLS 228 vai a exame com relatório favorável de Cristovam.



Marta, ao lado de Ângela, é relatora de textos sobre escolas e suicídio

DE SUA OPINIÃO

Corrupção pode ser crime imprescritível e inafiançável

Começou a tramitar no Senado a proposta de emenda à Constituição que torna os crimes de corrupção, peculato e concussão inafiançáveis e imprescritíveis (PEC 28/2017). De Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a PEC aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O Código Penal define corrupção como a solicitação ou recebimento de vantagem indevida (corrupção passiva) ou o oferecimento de vantagem indevida (corrupção ativa) a funcionário público. Peculato é o desvio de recursos públicos, seja dinheiro ou bens. Já concussão consiste em exigir vantagem indevida.

Condenação

Se a PEC for aprovada e esses crimes forem considerados inafiançáveis, não será permitido ao juiz fixar fiança em troca da soltura do preso. Isso já ocorre, por exemplo, com os crimes contra a vida, crimes hediondos e com o racismo. Ao se tornarem imprescritíveis, os acusados por crimes relacionados à corrupção poderão ser condenados independentemente do tempo que tiver transcorrido desde o delito.

Hoje, por exemplo, os crimes de corrupção ativa e passiva prescrevem após 16 anos. Depois desse prazo, o culpado não pode mais ser condenado. Flexa Ribeiro argumenta, na justificativa de apresentação da PEC, que é preciso tornar mais rígida a resposta penal em relação à corrupção, pois “a ousadia e a contumácia dos criminosos demonstram que a resposta penal hoje vigente não tem sido eficaz para a prevenção do delito”.

Qual a sua opinião sobre o projeto?

Vote em: <http://bit.ly/PEC28-2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal